



GT 06. Antropologia da Economia

Coordenador(es):

Arlei Sander Damo (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Gustavo Gomes Onto (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 1

Debatedor/a: Lúcia Helena Alves Müller (PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Desde o nascimento da nossa disciplina os intercâmbios de objetos e riquezas, mediados ou não pelo dinheiro, as formas de valoração e de provimento das condições materiais de continuidade da vida foram objeto de descrição e interpretação a partir dos modos de vida dos “outros”. As teorias econômicas já tinham grande importância nas sociedades a partir das quais surgiu a antropologia e, nas últimas décadas, se tornaram uma verdadeira linguagem global. A importância dos especialistas, sejam acadêmicos ou gestores governamentais, nunca foi tão grande, tendo esses um papel preeminente no desenho de políticas de larga escala. Economia, portanto, concerne a uma multiplicidade de objetos, temas e possibilidades de abordagem que implicam, sempre, o questionamento sobre a própria definição sobre o que seja “a economia” ou que caracterize algo – prática, teoria – como “econômico”. A Antropologia da Economia vem ganhando novo fôlego no país, com a organização de diversos eventos e publicações acadêmicos voltados a essa área de estudos. O objetivo do GT é propiciar um espaço dedicado a colocar em diálogo trabalhos que possibilitem explorar a multiplicidade de sentidos da economia, as diversas escalas de observação que ela permite e provoca e as ambiguidades e misturas que colocam em questão as fronteiras e limites do econômico, como a relação com as práticas familiares, a intimidade, a religião, o consumo, a dádiva, as moralidades, o Estado e assim por diante.

Acompanhando sentidos do empreendedorismo: Reflexões a respeito do work de campo na Sala do Empreendedor de Santa Maria-DF.

Autoria: Raoni Machado Giraldin (UnB)

Este work tem como objetivo discutir os resultados parciais de minha pesquisa de campo do doutorado, na qual tenho frequentado o espaço da Sala do Empreendedor, dentro da Administração Regional de Santa Maria, Distrito Federal. Este contato ocorreu também em virtude de uma aproximação inicial com a sede do SEBRAE no Distrito Federal, localizada no Setor de Indústrias e Abastecimento (SIA). Observo que este espaço, localizado dentro de uma estrutura da administração pública, frequentemente é denominado de ?SEBRAE?, em uma referência à suposta concentração de todas as temáticas referentes ao campo do empreendedorismo na mesma sigla. Meu work procura apontar minhas reflexões iniciais a respeito dos inúmeros discursos que permeiam a atividade da Sala do Empreendedor, que encadeiam questões relacionadas à pautas da administração regional, como a regularização de ocupação de áreas públicas que também ocupa a mesma sala na administração, a visão dos, por assim dizer, ?especialistas? em empreendedorismo, como o caso de supervisores do SEBRAE e palestrantes e as próprias demandas das pessoas que buscam o atendimento na sala. Observo os modos pelos quais formas mais ?corretas? de existência da atividade empreendedora são levantadas pelos especialistas como um discurso carregado de moralidade a respeito das práticas econômicas pautado, entre outros aspectos, pela diferenciação entre empreendedorismo por ?necessidade? e por ?oportunidade?. Essas questões, apesar de estarem articuladas de forma significativa na fala dos especialistas, ganha outras nuances no atendimento na Sala do Empreendedor, apesar de ambos estarem dentro de um grande guarda-chuva do ?SEBRAE?. Tendo como



foco no cadastro de pessoas como Microempreendedores Individuais (MEI), tenho observado este enquanto um dispositivo de usos múltiplos, onde muitas pessoas acabam por buscar a categoria enquanto uma forma mais barata de contribuição previdenciária sem necessariamente estarem envolvidas com as atividades empreendedoras defendidas pelos especialistas. Longe de qualificar este como um uso equivocado do cadastro, procuro discutir como estes sentidos múltiplos revelam aspectos importantes do modo pelo qual as ditas práticas econômicas empreendedoras vem sido planejadas, aplicadas e experienciadas no contexto brasileiro.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: